



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
DLO - CENTRAL DE COMPRAS - DIVISÃO DE COMPRAS SEM LICITAÇÃO

EDITAL Nº 2350/2024

Credenciamento

01/2024

CONTRATANTE (UASG)

(153254)

OBJETO

Permissão de uso dos espaços do campus da Universidade Federal de Minas Gerais, visando à exploração comercial do serviço de food trucks.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 37.157,40

PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL

12 (doze) meses

Sumário

1. DO OBJETO

2. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

3. DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR.

4. DA HABILITAÇÃO

5. DOS RECURSOS

6. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

8. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS

9. DA CONTRATAÇÃO

10. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS.

11. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO

12. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

CREDENCIAMENTO Nº 01/2024

(Processo Administrativo nº 23072.235878/2024-00)

Torna-se público que a Universidade Federal de Minas Gerais, por meio do Departamento de Logística de Suprimentos e de Serviços Operacionais, sediada a Av. Antônio Carlos, 6.627 Campus Pampulha – Belo Horizonte/MG, realizará **CREDENCIAMENTO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente procedimento é o credenciamento de interessados em realizar exploração comercial do serviço de "Food Truck", por meio da Permissão de Uso de Espaço Público do campus Pampulha, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O presente credenciamento se enquadra na hipótese do art. 3º, inciso I, do Decreto nº 11.878, de 2024.

1.3. O credenciamento não obriga a administração pública a contratar.

2. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

2.1. Poderão participar deste credenciamento os interessados que estiverem previamente cadastrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf), ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal - Compras.gov.br.

2.2. O interessado responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiros os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora do credenciamento por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão participar do credenciamento:

2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. pessoa física ou jurídica que esteja impedida de licitar ou contratar com a administração pública federal em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.4. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.5. *pessoas jurídicas reunidas em consórcio;*

2.5.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, do credenciamento ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.2 será também aplicado ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do interessado.

2.7. Em contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.8. A vedação de que trata o item 2.5.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR.

3.1. Os interessados deverão estar previamente cadastrados no Sicaf e encaminharão, exclusivamente por meio eletrônico scompras@dsg.ufmg.br, o requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar para a prestação dos serviços, com as seguintes informações:

3.1.1. *Requerimento de Inscrição (Anexo III) informando Local, Categoria e Subcategoria, conforme item 3.1.1 do Termo de Referência (Anexo I).*

3.1.2. *Atestar o cumprimento dos requisitos de habilitação para a prestação dos serviços de exploração comercial na modalidade Food Truck, por meio do Termo de Permissão de Uso (Anexo II).*

3.1.3. *Declaração de Habilitação e Conformidade (Anexo III) com os locais e categorias definidas no item 3.1.1 do Termo de Referência (Anexo I).*

3.1.4. *Declaração de Ciência do Valor Estimado Mensal (Anexo IV) para o objeto, conforme item 1.1 do Termo de Referência.*

3.1.5. *Declaração de Atendimento ao Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal (Anexo V).*

3.1.6. *Declaração de Atendimento ao Inciso VI do Art. 14º da Lei nº 14.133/2021 (Anexo VI).*

3.2. Todas as especificações do objeto vinculam o interessado.

3.3. No valor da contratação estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

3.4. A apresentação do requerimento de participação com a indicação da intenção de se credenciar implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, assumindo o credenciado o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.5. No requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar, o interessado apresentará também declaração que:

3.5.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste instrumento;

[3.5.2.](#) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

[3.5.3.](#) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.6. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração ou por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos

do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário;

3.7. O interessado organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.8. A falsidade da declaração de que trata o item 3.5 sujeitará o interessado às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.9. Quando for o caso, o interessado deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

3.10. É vedada a participação da mesma empresa, duas vezes, numa mesma categoria e subcategoria.

3.11. Somente será permitido aos interessados concorrer a vagas em mais de uma categoria e subcategoria, no caso de dispor de mais de um veículo de sua propriedade.

4. CRONOGRAMA

4.1. Data limite para entrega dos documentos de credenciamento: **28/11/2024**

4.2. Data de divulgação da lista contendo a relação das empresas credenciadas e descredenciadas: **10/12/2024**

4.3. Data limite para interposição de recursos contra o resultado do credenciamento: **13/12/2024**

4.4. Data do sorteio público: **20/12/2024**

4.5. Local: Departamento de Logística de Suprimentos e de Serviços Operacionais - DLO/UFMG - Av. Antônio Carlos, 6.627 - Pampulha - CEP 31.270-901 - Belo Horizonte/MG.

4.6. Horário: 09h30 (nove horas e trinta minutos)

5. DA HABILITAÇÃO

5.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do interessado de realizar o objeto do credenciamento, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

5.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia autenticada.

5.3. O órgão credenciante terá o prazo de 7 (sete) dias úteis para analisar a documentação apresentada pelo interessado.

5.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

5.5. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, em relação aos documentos por ele abrangidos.

5.5.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

5.6. É de responsabilidade do interessado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.6.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5.7. A verificação pela comissão de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

5.7.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio eletrônico no e-mail scompras@dsg.ufmg.br até a conclusão da fase de habilitação.

5.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

5.8.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelo interessado; e

5.8.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado.

5.9. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterarem sua substância ou validade jurídica.

5.10. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação no credenciamento.

6. DOS RECURSOS

6.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de interessados, à anulação ou revogação do credenciamento, observará o disposto no art. 17 do Decreto nº 11.878, de 2024.

6.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de publicação da decisão.

6.3. Quando o recurso apresentado impugnar o ato de habilitação ou inabilitação do interessado:

6.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada em 1 (um) dia útil, sob pena de preclusão;

6.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de publicação da decisão.

6.4. Os recursos deverão ser encaminhados por meio eletrônico no e-mail scompras@dsg.ufmg.br.

6.5. O recurso será dirigido à comissão de contratação, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

6.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

6.7. O recurso e o pedido de reconsideração não terão efeito suspensivo.

6.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.ufmg.br/dlo/comprasandamento.php>

7. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o interessado que, com dolo ou culpa:

7.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela comissão de contratação;

7.1.2. não celebrar o Contrato ou Termo de Permissão de Uso ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade do credenciamento;

7.1.3. recusar-se, sem justificativa, a assinar o Contrato ou Termo de Permissão de Uso, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

7.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento;

7.1.5. fraudar o credenciamento;

7.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

7.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

7.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

7.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;

7.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

7.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos credenciados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

7.2.1. advertência;

7.2.2. multa;

7.2.3. impedimento de licitar e contratar e

7.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

7.3.2. as peculiaridades do caso concreto

7.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

7.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

7.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

7.4.1. Para as infrações previstas nos itens 7.1.1, 7.1.2 e 7.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato.

7.4.2. Para as infrações previstas nos itens 7.1.4, 7.1.5, 7.1.6, 7.1.7 e 7.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato.

7.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

7.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 7.1.1, 7.1.2 e 7.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

7.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 7.1.4, 7.1.5, 7.1.6, 7.1.7 e 7.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 7.1.1, 7.1.2 e 7.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

7.9. A recusa injustificada do credenciado em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 7.1.2 e 7.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia em favor do órgão ou entidade credenciante, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

7.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

7.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

7.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

7.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

8.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos enquanto este permanecer em vigor.

8.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte e-mail scompras@dsg.ufmg.br.

8.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado por meio eletrônico no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

8.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

8.5. Acolhida a impugnação, o edital retificado será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

9. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS

9.1. O resultado, com a lista de credenciados relacionados de acordo com o critério estabelecido no edital, será publicado e estará permanentemente disponível e atualizado no PNCP.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. Após divulgação da lista de credenciados, o órgão ou a entidade poderá convocar o credenciado para assinatura do instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. A administração poderá convocar o credenciado durante todo o prazo de validade do credenciamento para assinar o contrato ou outro instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e no edital de credenciamento.

10.3. O prazo para assinatura do instrumento contratual pelo credenciado, após convocação pela administração, será de 5 (cinco) dias úteis.

10.4. O prazo de que trata o item 9.3 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação, devidamente justificada, do credenciado durante o seu transcurso, desde que o motivo apresentado seja aceito pela administração.

10.5. Previamente à emissão de nota de empenho e à contratação, a administração deverá realizar consulta ao Sicaf para identificar possível impedimento de licitar e contratar.

10.6. O prazo de vigência dos contratos decorrentes do presente credenciamento será de 12 meses.

10.7. Os contratos decorrentes de credenciamento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.8. Em caso de prorrogação, prevista no item 1.3.1 do Termo de Referência, o valor da outorga será reajustado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE.

10.9. É vedado o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração.

11. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS.

11.1. *Na hipótese de contratações paralelas e não excludentes, a convocação dos credenciados para contratação garantirá a igualdade de oportunidade entre os interessados, a partir da observância dos seguintes critérios de distribuição da demanda:*

11.1.1. Sorteio público por Local, Categoria e Subcategoria, nas condições do item 3.1.1 do Termo de Referência (Anexo I), será realizado em **20/12/2024**.

11.1.2. Será utilizado o sítio eletrônico (<https://sorteador.com.br/>) com a numeração dada pela ordem de inscrição dos interessados.

11.1.3. Os sorteios serão um para cada Local, Categoria e Subcategoria, no total de 9 (nove) Locais, sendo o PRIMEIRO sorteado o titular Permissionário para a vigência de um ano (2025) e os 5 (cinco), que se seguirão a esse sorteado, serão Reservas para Convocação, não permitindo a repetição de números, na forma do item 3.1.2 do Termo de Referência (Anexo I).

11.1.4. Caso ocorra a repetição de números sorteados, descrita no item 11.1.3, estes números repetidos serão ignorados e o sorteio do Local e Subcategoria continuará, considerando somente o sorteio de números inéditos, ou seja, não repetidos.

11.1.5. Será divulgada Relação de Credenciamento composta por 9 (nove) permissionários e 5 (cinco) reservas para convocação por Local e Subcategoria, com 54 credenciados ao final do sorteio público.

12. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO

12.1. O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.

12.2. Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.3. A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

12.4. Será realizado o descredenciamento quando houver:

12.4.1. pedido formalizado pelo credenciado, com prazo de 20 (vinte) dias de antecedência;

12.4.2. perda das condições de habilitação do credenciado;

12.4.3. descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e

12.4.4. sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

12.5. O pedido de descredenciamento de que trata o item 12.4.1 não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

12.6. Nas hipóteses previstas nos subitens 12.4.2 e 12.4.3, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

12.7. Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

12.8. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

13. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL

13.1. O presente edital terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar da publicação, ficando permanentemente aberto a todos os interessados que se manifestarem durante a vigência e atendam aos requisitos estabelecidos neste Edital.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do interessado, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.3. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.4. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.ufmg.br/dlo/comprasandamento.php>.

14.5. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.5.1. ANEXO I - Termo de Referência

14.5.1.1. Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar

14.5.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Permissão de Uso

14.5.3. ANEXO III - Requerimento de Inscrição e Declaração de Habilitação e Conformidade

14.5.4. ANEXO IV - Declaração de Ciência do Valor Estimado Mensal

14.5.5 ANEXO V - Declaração de Atendimento ao Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal

14.5.6 ANEXO VI - Declaração de Atendimento ao Inciso IV do Art. 14 da Lei nº 14.133/2021



Documento assinado eletronicamente por **Margarete Maria Parreiras, Diretor(a) de divisão**, em 25/10/2024, às 14:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3677549** e o código CRC **8F371520**.

ANEXOS AO EDITAL

Anexo I

Termo de Referência - Documento SEI xxxxx

Anexo II

Minuta De Termo De Permissão de Uso

TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº XXX/2024

Cláusula Primeira - Das partes

A UFMG autoriza, a título precário, e oneroso a empresa
_____, com endereço na

inscrita no CNPJ _____, doravante denominada permissionária, a utilizar o veículo "Food Truck" (modelo/ano) _____, placa _____ para ocupar uma vaga nos Campi da UFMG em Belo Horizonte, conforme descrito na Cláusula Segunda deste Termo.

Cláusula Segunda - Do objeto

O presente termo tem por objetivo permitir o uso de forma itinerante, de espaços nos campi da UFMG localizados em Belo Horizonte conforme necessidade, para exercer atividade comercial de venda de alimentos e bebidas na modalidade "Food Truck", à comunidade universitária (professores, alunos, visitantes, clientes, etc.), na categoria _____ e subcategoria _____, conforme descrito no **subitem 3.1.1 do Termo de Referência (Anexo I do Edital)**.

Cláusula Terceira - Da vigência

O presente Termo de Permissão de Uso terá validade por 1 (um) ano, iniciando-se o primeiro dia de sua vigência em ____ / ____ / ____ e encerrando-se no dia ____ / ____ / ____, podendo ser prorrogado por igual período, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, caso não haja mais credenciados disponíveis na Relação dos Credenciados na Categoria e Subcategoria e caso não haja novas inscrições na vigência do Edital, conforme **subitem 1.3.1 e 5.1.8 do Termo de Referência (Anexo I do Edital)**.

Cláusula Quarta - Dos pagamentos

A Permissionária deverá pagar mensalmente à UFMG o valor de **R\$ 344,05 (trezentos e quarenta e quatro reais e cinco centavos)**, referente ao uso de espaços públicos da UFMG.

O pagamento deverá ser efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencimento da mensalidade, por recolhimento via Guia de Recolhimento da União – GRU, que será emitida pelo Departamento de Logística de Suprimentos e de Serviços Operacionais - DLO/UFMG.

Mediante disponibilização dos pontos de energia elétrica da UFMG, a permissionária, que optar por utilizá-la deverá pagar mensalmente o valor fixado em **R\$92,00 (noventa e dois reais)** pela energia consumida, através de Guia de Recolhimento da União – GRU, que será emitida pelo DLO/UFMG.

Parágrafo Primeiro - O valor da mensalidade será reduzido proporcionalmente aos dias de recesso, férias escolares e greves, nos meses que houver.

Cláusula Quinta - Do horário e dia de funcionamento

Parágrafo Primeiro - O funcionamento será de segunda a sexta-feira, entre 9h00 e 22h00, exceto feriados e dias de recesso escolar.

I- Obrigatoriamente nos horários de 11h00 às 14h00 e de 18h00 às 21h00, os locais deverão estar ocupados pela permissionária, a fim de atender a demanda, nestes que são os horários de maior procura.

Parágrafo Segundo - Mediante acordo estabelecido entre a permissionária e a UFMG, os dias e horários de prestação de serviços poderão ser flexibilizados, conforme item 5.8.1 do Termo de Referência, de forma que o Permissionário possa participar de eventos fora da Universidade, incluindo os eventos tradicionalmente realizados nas praças de Belo Horizonte, devendo esta concessão atender às seguintes condições:

I- Funcionamento contínuo de 66% (sessenta e seis por cento) dos Permissionários autorizados, nos horários obrigatórios de que trata o **inciso I do §1º desta cláusula**.

II- A concessão de que trata **este § 2º** será autorizada ou não, a critério da UFMG, quando houver no mínimo 6 (seis) *Food Trucks* autorizados prestando serviços na universidade.

Parágrafo Terceiro - Havendo necessidade e mediante comunicação à permissionária com antecedência mínima de 7 (sete) dias, os Permissionários poderão ser convocados para:

I- Atendimento em outros espaços dos Campi Pampulha e Saúde, em Belo Horizonte, como o Museu de História Natural e Jardim Botânico, Centro Cultural, Conservatório, Faculdade de Direito, Escola de Arquitetura, Faculdade de Odontologia, Centro Esportivo Universitário ou Centro de Treinamento Esportivo e Centros de Atividades Didáticas 1, 2, 3, dentre outros, mesmo que já exista veículo credenciado no local, considerando a realização de eventos institucionais que aumentem o número de comensais nos locais.

II- Ter seus horários de prestação de serviços alterados para cobrir eventos realizados na UFMG;

III- Funcionar em finais de semana e/ou feriados para cobrir eventos realizados na UFMG;

IV- A convocação de que trata **este § 3º** terá o caráter opcional para o Permissionário. Após 24 horas da convocação, o Gestor do Contrato poderá convocar outros permissionários e credenciados para a cobertura do evento.

Cláusula Sexta - Das obrigações e responsabilidades da Permissionária

Parágrafo Primeiro - A Permissionária deverá, enquanto estiver prestando serviço de venda de alimentos e bebidas na UFMG:

I - Portar documentos de identidade, Termo de Permissão de Uso, licenciamento da vigilância sanitária e licenciamento da prefeitura para funcionamento;

II - Comercializar alimentos e bebidas apenas da categoria ao qual foi credenciado, sendo vedado manter ou comercializar alimentos em desconformidade com a sua permissão ou mercadorias não autorizadas;

III - Apresentar-se com trajes dentro das normas e padrões de segurança e higiene da Vigilância Sanitária, utilizando de acessórios de higiene, tais como, luva, máscara e touca para os manipuladores de alimentos;

IV - Organizar o atendimento ao público com o mínimo de 02 (dois) funcionários, de forma que os funcionários responsáveis pelo recebimento dos pagamentos, não realize a manipulação dos alimentos.

Parágrafo Segundo - Os empregados da Permissionária deverão possuir Carteira de Trabalho e Previdência Social assinada ou outro documento de vínculo, na forma da lei, fornecido por órgão competente e condizente com a função que desempenham.

Parágrafo Terceiro - Com relação as normas de Vigilância Sanitária, a Permissionária deverá:

I - Manter a excelência de padrões de higiene e limpeza dos equipamentos, utensílios e do veículo, observando a totalidade das exigências de ordem higiênico-sanitárias;

II - Seguir todas as práticas adequadas ao preparo dos alimentos e bebidas, garantindo a sanidade, a qualidade higiênico-sanitária, nutritiva e organoléptica;

III - Manter um programa de desinsetização e desratização periódico, de acordo com a necessidade inerente ao veículo e da sede onde são preparados os alimentos;

Parágrafo Quarto - As permissionárias não podem, sob pena de revogação da permissão de uso, utilizar mercadorias deterioradas ou contaminadas, devendo quaisquer dos produtos comercializados se apresentarem em perfeitas condições higiênicas, atendendo ao disposto na legislação sanitária específica;

Parágrafo Quinto - A Permissionária deverá arcar com os prejuízos sofridos pela PERMITENTE ou pelos usuários do *Food Truck*, em virtude de distúrbios orgânicos, comprovados por exames médicos, causados, em 2(duas) ou mais pessoas que tenham se alimentado da mesma refeição/lanche;

Parágrafo Sexto - A permissionária deverá providenciar a renovação do Alvará da Vigilância Sanitária e o Licenciamento da Prefeitura de forma a mantê-los válido enquanto estiver prestando serviços na UFMG.

Parágrafo Sétimo - A permissionária deverá manter permanentemente limpa a área ocupada, bem como seu entorno, instalando recipientes apropriados para receber o lixo produzido. O veículo *Food Truck* deverá ter compartimento para o armazenamento da água de lavagem (água suja da pia de lavagem). Os resíduos orgânicos e secos devem ser armazenados e descartados fora da UFMG e conforme normas e legislação vigente;

Parágrafo Oitavo - A Permissionária deverá ressarcir a UFMG, qualquer valor decorrente de dano ocasionado pelo mau uso do espaço.

Cláusula Sétima - Das Condições Gerais

Parágrafo Primeiro - É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do direito de explorar a atividade descrita na cláusula segunda, ou a utilizar para fim diverso do ora estipulado. A permissionária deverá zelar pela área objeto da permissão e comunicar de imediato à Pró Reitoria de Administração a sua utilização indevida por terceiros;

Parágrafo Segundo - É vedada a comercialização de bebidas alcoólicas (Portaria do Gabinete do Reitor nº 17/2007, de 25/09/2007), exceto nas situações previstas nas Portaria nº 19/2006, de 22/09/2006.

Parágrafo Terceiro - É vedada a comercialização de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígeno derivado ou não do tabaco;

Parágrafo Quarto - É vedada a utilização de equipamentos de som dentro ou fora do *Food Truck*.

Parágrafo Quinto - A permissionária não deverá suspender suas atividades durante o horário de funcionamento obrigatório, estabelecido no § primeiro da Cláusula Quinta, sem prévia e expressa autorização da Administração;

I- A permissionária deverá justificar previamente a Pró Reitoria de Administração - PRA, quando não puder comparecer à UFMG para prestar os serviços. Nesse caso, a permissionária poderá ter até 10 faltas por semestre letivo, caso contrário estará sujeita às penalidades previstas na Cláusula Nona.

Parágrafo Sexto - A permissionária deverá providenciar a infraestrutura necessária para funcionamento, independente de fornecimento de pontos de energia elétrica, água e esgoto;

Parágrafo Sétimo - Mediante disponibilidade técnica para instalação, a UFMG poderá fornecer pontos de energia elétrica em substituição aos geradores, mediante pagamento da energia consumida, conforme Cláusula Quarta deste termo.

Parágrafo Oitavo - A UFMG não se responsabilizará pela perda, furto e dano aos veículos, granizo e força da natureza, bem como aos materiais e equipamentos em seu interior e exterior, sendo recomendado que a Permissionária providencie seguro do veículo e equipamentos durante toda a vigência da permissão.

Parágrafo Nono - É vedada a utilização dos locais destinados ao *Food Truck* fora dos horários e dias estabelecidos na Cláusula Quinta, bem como ao veículo pernoitar nas dependências da UFMG, exceto se autorizado pela Administração.

Parágrafo Décimo - É vedada a utilização de mais de 1 (um) veículo *Food Truck* para exploração comercial na UFMG, ou de veículo estranho ao cadastrado para o credenciamento, exceto no caso previsto nos **itens 3.11. do Edital e 5.1.5. do TR.**

Parágrafo Décimo primeiro - É vedado pernoitar com o veículo *Food Truck* na UFMG, exceto em casos especiais, desde que autorizado pela UFMG.

Parágrafo Décimo segundo - A permissionária poderá utilizar tenda ou toldo, mesas e cadeiras desmontáveis, para proporcionar melhor infraestrutura na prestação do serviço à comunidade, devendo montá-los apenas em frente ao *Food Truck* e recolher após encerramento das atividades.

Parágrafo Décimo terceiro - Em caso de prorrogação, prevista no item 1.3.1 do Termo de Referência e citada na Cláusula Terceira (Da vigência), o valor da outorga será reajustado pelo índice Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE apurado durante a vigência, tão logo o referido índice seja divulgado.

Cláusula Oitava - Da Fiscalização

A fiscalização técnica será exercida por meio da Pró Reitoria de Administração – PRA com acompanhamento do Departamento de Logística de Suprimentos e de Serviços Operacionais – DLO da UFMG para fiscalização e aferição do nível de qualidade dos serviços objeto da Permissão Remunerada de Uso, de forma a assegurar o perfeito cumprimento das cláusulas desta Permissão Remunerada de Uso.

Cláusula Nona - Das Penalidades

A permissionária deverá observar rigorosamente as obrigações e condições estabelecidas para a exploração comercial, sob pena de lhe serem aplicadas as penalidades constantes no **art. 156 da Lei n.º 14.133, de 01/04/2021:**

I - Advertência por escrito; quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

II - Multa:

a) Moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

b) Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial;

III - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput do art.155 da Lei 14.133/2021**, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **caput do art.155 da Lei 14.133/2021**, bem como nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

V - Suspensão ou revogação do Termo de Permissão de Uso, sem qualquer direito de indenização da Permitente à Permissionária.

Parágrafo primeiro - São causas de descredenciamento a reincidência no descumprimento de quaisquer das condições descritas no Edital, neste Termo de Permissão de Uso, ou ainda, a prática de atos que caracterizem má-fé em relação à UFMG apuradas em processo administrativo

Cláusula Décima - Da Revogação

A presente permissão poderá ser revogada pela Administração a qualquer tempo, desde que configurada situação de conveniência e/ou oportunidade, sem que caiba à Administração ressarcimento ou indenização de qualquer espécie, seja a que título for nos termos da legislação vigente.

Parágrafo primeiro - Quando da revogação do Termo, a permissionária deverá desocupar o espaço, objeto desta autorização, em no máximo 10(dez) dias a contar da comunicação da UFMG.

Parágrafo segundo - A Permissionária, a qualquer tempo, poderá proceder a denúncia do ajuste, bastando notificar a Administração, com a antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo terceiro - A revogação do Edital de Credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

Cláusula Décima Primeira - Do Foro

Por força do disposto no art. 109, inciso I, da Constituição Federal, o Foro da Justiça Federal Seção Judiciária Minas Gerais será competente para dirimir dúvidas e/ou questões resultantes de interpretações e/ou de execução do presente Contrato.

E por estarem justas e acordadas, firmam as partes o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Belo Horizonte, de de

Prof. Ivan José da Silva Lopes

Pró-Reitor de Administração/PRA/UFMG

Responsável Legal
Permissionária

Anexo III

Requerimento de inscrição

A empresa _____ com endereço ou sede na _____, inscrita no CNPJ nº _____, requer o credenciamento na categoria _____ e subcategoria _____ conforme **Item 3.1.1.** do Edital, para permissão de uso, a título precário e oneroso, de espaços nos Campi da UFMG, para exploração comercial de venda de alimentos e bebidas na modalidade "*Food Truck*", utilizando o veículo (modelo/ano) _____, metragem _____ e placa _____, durante a validade do credenciamento e nos locais definidos no **item 3.1.1.** do Termo de Referência.

Afirma ainda que possui toda a documentação necessária e infraestrutura para suprir as necessidades físicas para oferta do serviço de "*Food Truck*".

(Local), _____ de _____ de _____

Assinatura/Cargo/Carimbo
Representante Legal da Empresa

Declaração De Habilitação e Conformidade

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____ declara atender na presente data às condições de habilitação contidas no Edital e Termo de Referência, estar ciente e concordar com as condições definidas para a exploração comercial de "*Food Truck*" nos Campi da UFMG, em especial, quanto aos locais e categorias.

(Local), _____ de _____ de _____

Assinatura/Cargo/Carimbo
Representante Legal da Empresa

Anexo IV

Declaração De Ciência Do Valor Estimado Mensal

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____
declara estar ciente do valor mensal definido para a exploração comercial de "Food Truck" nos Campi da UFMG.

(Local), _____ de _____ de _____

Assinatura/Cargo/Carimbo
Representante Legal da Empresa

Anexo V

Declaração De Atendimento ao Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988 e no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: () emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

(Local), _____ de _____ de _____

Assinatura/Cargo/Carimbo
Representante Legal da Empresa

Anexo VI

Declaração De Atendimento ao Inciso IV do Art. 14 da Lei nº 14.133/2021

A empresa _____, inscrita no CNPJ n._____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____e do CPF n._____, DECLARA, para fins do disposto no **inciso IV do art. 14 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021**, que não possui entre seus titulares, administradores, acionistas ou sócios, vínculo com ocupante de cargo ou função comissionada de direção do quadro permanente da UFMG nem seus respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes até o 3º grau, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade.

(Local), _____de _____de_____

Nome e Número da Identidade do Declarante